

Governo protela retaliação contra aliados infiéis

FH resolve esperar até votação definitiva da MP do mínimo, no dia 10, e trabalha para unificar PFL na base

Diana Fernandes e
Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. As prometidas retaliações contra aliados infiéis, que ficaram contra o Governo na votação da medida provisória do salário-mínimo, não serão efetivadas agora. O presidente Fernando Henrique Cardoso aguarda a votação definitiva da MP, dia 10, para avaliar o comportamento dos aliados. Quem ficar contra o Governo será considerado excluído da base. Mas a sua expectativa é que, até lá, o PFL, que registrou a maior dissidência, esteja realinhado com o Governo.

— O que queremos é votar o piso salarial no dia 3 e o salário-mínimo dia 10. E queremos votar com o apoio da nossa base parlamentar — afirmou ontem o ministro Aloysio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência da República.

— A minha expectativa é que o PFL volte para a base do Governo, como sempre esteve, antes do dia 10. Mas como um partido e não com facções — dizia ontem, em tom moderado, o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG).

Bornhausen e Marco Maciel trabalham como bombeiros

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), o vice-presidente, Marco Maciel, e outros líderes pelistas trabalham pela recomposição do partido. Na outra ponta, o presidente Fernando Henrique pede moderação de tucanos e peemedebistas mais alocos nas críticas ao PFL. Ele está convencido de que não será com retaliações, agora, que se



Alton de Freitas/4-4-2000

JÁDER: QUER dizer que baiano pode votar contra o Governo? O ser baiano é diferente do goiano em quê?

conseguir aprovar o salário-mínimo de R\$ 151.

No PMDB e em setores do PSDB o clima é de guerra contra o PFL. Para tucanos e peemedebistas, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), jogou contra o Governo na sessão de quarta-feira e, se alguns aliados infiéis forem retaliados, ele também deveria ser.

O líder Jader Barbalho ironizou a informação de que o secretário de políticas regionais, Ovídio de Angelis (PMDB), seria demitido devido à dissidência de cinco deputados da bancada do PMDB de Goiás.

— Quer dizer que baiano pode votar contra o Governo e não acontece nada com os tucanos do PFL? Por que goiano não pode? O ser goiano é diferente do baiano em quê? — perguntou Jader.

Fernando Henrique, segundo auxiliares próximos, resistiu a romper com Antônio Carlos. Por isso, está evitando punir com demissão algum de seus apadrinhados no Governo.

O PFL não rompe com o Governo por causa da Bahia.

E, dificilmente, Antônio Carlos chegará a ponto de romper com o Governo. Ele vai se recompor antes — aposta um aliado de Antônio Carlos.

O porta-voz adjunto da Presidência, Alexandre Parola, que substituiu ontem pela primeira vez o porta-voz titular, Georges Lamazière, garantiu que o presidente não pretende retaliar nenhum aliado e se recusou a falar sobre demissões feitas no segundo e terceiro escalões da administração pública federal.

— O presidente ressalta que

Substituto de Greca será anunciado terça-feira

O escolhido Carlos Melles está na Europa

• Apesar de já ter escolhido o deputado Carlos Melles (PFL-MG) para sucessor de Rafael Greca no Ministério do Esporte e do Turismo, o presidente Fernando Henrique Cardoso só deve anunciar o novo ministro na próxima semana, possivelmente na terça-feira. Fernando Henrique aceitou a indicação do presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e já teria autorizado um de seus interlocutores a convidar Melles para o cargo que Greca deixou. O problema é que o deputado está viajando e o presidente prefere oficializar sua escolha depois de conversar pessoalmente com ele.

Diante das pressões da base governista para que a pasta do Esporte e do Turismo seja desmembrada e também para não alimentar a cobiça de outros pelistas interessados na vaga de Greca, Fernando Henrique chegou a ser aconselhado por alguns assessores a divulgar ontem mesmo o nome do novo ministro. O presidente acabou optando por esperar até a próxima semana, tendo em vista que, com o feriado do Dia do Trabalho, na segunda-feira, essas pressões devem diminuir.

não há retaliações contra aliados. Os que estão no Governo são consequentes com essa participação no Governo e, portanto, é apenas natural que expressem esse apoio por meio de seu voto.

A possibilidade de novas demissões continua provocando reações irritadas de parlamentares do PFL. Mas o clima de confronto deve esfriar até terça-feira. Aproveitando o feriado de 1º de maio, o presidente do Senado viajou para a França.

— O presidente Fernando

Henrique reiteradamente tem dito que não se utiliza de cargos para sustentar seu Governo. Se a ameaça de retaliações se confirmar, o que não acredita, a situação do Governo só vai se agravar — disse o senador Paulo Souto (PFL-BA), um dos parlamentares mais afins com o presidente do Senado. Ele acrescentou que não acredita na possibilidade de demissão dos ministros indicados por Antônio Carlos: Waldeck Ornelas, da Previdência, e Rodolpho Tourinho, das Minas e Energia. ■

Chefe da 'gangue fardada' promete falar em Alagoas

Preso, ex-oficial da PM diz que ajudará a CPI do Narcotráfico

Arnaldo Ferreira

• MACIÓ. Após passar dois anos em silêncio numa cela de segurança máxima em Alagoas, o chefe da "gangue fardada", o ex-tenente-coronel PM Manoel Francisco Cavalcante — acusado de participar de pelo menos 100 assassinatos de prefeitos, vereadores, sindicalistas, trabalhadores rurais, de roubo de carros e de assaltos a bancos e supermercados desde 1990 — disse estar disposto a colaborar com a CPI do Narcotráfico.

Os integrantes da CPI estão em Mació, na semana que vem para investigar políticos e empresários acusados de ligação com o crime organizado em Alagoas e Pernambuco.

Para mostrar sua disposição, Cavalcante deu o nome do suposto mandante de um dos crimes mais conhecidos de Alagoas: o assassinato do bancário Dimas Holanda, numa emboscada em abril de 1977, depois que ele importou uma nova de ex-governador Manoel Gomes de Barros.

— Quem mandou matar Dimas foi o governador Manoel Gomes de Barros. Este crime eu posso provar — declarou.

Ex-governador nega acusações

Cavalcante disse que foi procurado pelo coronel Gerisirio Sarmiento (homem de confiança do ex-governador) que lhe teria pedido alguém para assumir o crime.

— Em troca, Manoel pagaria R\$ 60 mil a quem assumisse o crime — disse.

O ex-governador Manoel de Barros negou a acusação e disse nada ter a ver.

Cavalcante falou na sede da Polícia Federal, ao ser notificado de que está sendo indiciado como autor intelectual do assassinato do "serle" do combate à sonegação fiscal" da Secretaria estadual da Fazenda, Silvío Vianna, em 1996. ■

Prefeitura de SP pode ter luz cortada

Eletropaulo dá prazo para o pagamento de R\$ 500 milhões em contas atrasadas

João Walner/Folha Imagem



O PRÉDIO DA PREFEITURA de São Paulo: ameaça de ficar sem luz

a luz será mesmo cortada.

O Governo de São Paulo, que também tinha dívidas com a Eletropaulo, foi o primeiro a aderir ao financiamento de R\$ 4 milhões que deixaram de ser aplicados no programa de merenda escolar no ano passado. O desvio dos recursos foi constatado por auditoria do MEC, revelada pelo GLOBO semana passada.

Justificativa de Pitta cai por terra com refinanciamento

O diretor da Eletropaulo afirmou que o prefeito Celso Pitta não quis aderir ao parcelamento do débito com a empresa, alegando que não havia conseguido o refinanciamento da dívida da Prefeitura, o que acabou acontecendo esta semana. O prazo para a Prefeitura aderir ao financiamento termina no dia 30 de junho. Caso contrário, garante Gonçalves,

São Caetano, no ABC paulista, também parcelaram suas dívidas.

A Prefeitura de Diadema, informando Gonçalves, chegou a assinar o refinanciamento, mas não queria pagar a conta de luz do mês em curso. E um

dos compromissos do financiamento era que as prefeituras não atrasassem as contas por mais de 90 dias. A Eletropaulo decidiu agir com rigor contra a Prefeitura de Diadema, ameaçando fechar o escritório da empresa na cidade, e com isso os pagamentos foram regularizados.

Prefeitura retira da empresa iluminação pública

A Eletropaulo, antes de ser privatizada, era a responsável pela manutenção dos serviços de iluminação pública. Atualmente não realiza mais este serviço, afirmou Gonçalves. Segundo ele, o Pitta decidiu que a manutenção dos serviços de energia deveria ser feita por diferentes empresas.

Ontem à noite, a Prefeitura de São Paulo prometeu liberar até o fim da próxima semana R\$ 25 milhões para a Câmara dos Vereadores pagar dívidas com fornecedores, entre eles a Eletropaulo. Segundo a assessoria da presidência da Câmara, o secretário de Governo, Carlos Augusto Meinberg, prometeu repassar o valor dentro de sete dias e, até o fim de maio, outros R\$ 25 milhões. ■

Dráuzio Varella é o vencedor do Prêmio Jabuti

Surpresa na escolha do desconhecido autor Menalton Braff

Rachel Bertol

• SÃO PAULO. O grande vencedor do Prêmio Jabuti 2000 foi o médico Dráuzio Varella. Com "Estação Carandiru" (Companhia das Letras) — livro no qual relata sua experiência de dez anos de trabalho no Centro de Detenção de São Paulo — Varella conquistou três prêmios: o melhor livro de não-ficção, o melhor de reportagem e o prêmio do júri popular.

A entrega do prêmio marcou a abertura, ontem à noite, da 16ª Bienal do Livro de São Paulo. A maior surpresa foi a premiação do desconhecido Menalton Braff, autor de "A sombra do cipreste". Braff, um gaúcho de 61 anos, recebeu o prêmio Jabuti 2000 pela melhor obra de ficção. O livro, editado pela Palavra Mágica, de Ribeirão Preto, não estava na lista dos três indicados de qualquer uma das categorias (o regulamento do prêmio permite isso).

Moacyr Scliar, autor de "A mulher que escreveu a Bíblia" (Companhia das Letras), foi o premiado na categoria de melhor romance. O escritor Carlos Heitor Cony era um dos três autores indicados para essa categoria. Embora não tenha sido o escolhido oficial, o "Romance sem palavras" de Cony ganhou o prêmio do júri popular, cuja votação foi promovida pela livraria virtual Submarino, patrocinadora da premiação deste ano.

O ganhador do Jabuti de poesia foi Ferreira Gullar, com "Muitas vozes" (José Olympio). Na categoria de contos e crônicas, o ganhador foi Raimundo Carrero, com "As sombras ruins da alma" (Iluminuras). Marilena Chauí, Alvaro Bósi e Moyses Nussenzveig foram outros premiados.

Na abertura da Bienal, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, destacou a importância das novas tecnologias para a difusão da leitura. ■

MEC quer de volta verba de merenda

Prefeitura de São Paulo terá de explicar desvio de R\$ 4 milhões, registrado em 99

Francisco Leali

• BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) vai cobrar da Prefeitura de São Paulo a devolução de R\$ 4 milhões que deixaram de ser aplicados no programa de merenda escolar no ano passado. O desvio dos recursos foi constatado por auditoria do MEC, revelada pelo GLOBO semana passada.

Município tem 15 dias para se defender

A Prefeitura de São Paulo receberá cópia do relatório, para apresentar defesa num prazo de 15 dias. Se não justificar

a correta utilização dos recursos, terá de devolver o dinheiro que deixou de ser gasto com a merenda dos estudantes da rede municipal.

— Ou sobrou dinheiro ou não compraram o que deviam comprar. Não é que haja indício de roubo, mas de que as crianças não foram tão bem alimentadas — disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Segundo ele, o fato de a auditoria ter detectado irregularidades na aplicação dos recursos em 99 não poderia justificar uma interrupção no repasse de verbas para a merenda

deste ano.

— Os estudantes não podem ser prejudicados — argumentou.

Paulo Renato voltou a defender a descentralização da execução e da fiscalização de programas como o da merenda escolar.

TCU não abre mão de fiscalizar programas

O ministro almeçou ontem com ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) para tentar negociar uma solução nas divergências sobre a fiscalização da aplicação dos recursos da merenda escolar e o

Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). O TCU não aceita abrir mão da fiscalização de programas custeados com verbas federais. Paulo Renato defende que tais recursos sejam fiscalizados pelos tribunais de contas dos estados e dos municípios. Ele voltou a dizer que os casos de irregularidades com verbas federais da educação não aumentaram. Para o ministro, apenas ficou mais fácil fiscalizar e descobrir possíveis fraudes.

— Hoje se desviam menos recursos, mas os casos aparecem mais — afirmou. ■

